

EM BUSCA DE TRAJETÓRIAS INTELLECTUAIS

Vanessa DAUFENBACK¹

A discussão sobre o papel dos intelectuais sempre garantiu um lugar de destaque no debate sociológico, desde seu surgimento até meados do século XX, principalmente no debate brasileiro e francês, pois além de ser inerente à construção teórica da disciplina, sempre aliou a discussão de temas variados à discussão de autores e suas trajetórias. Entretanto, esta discussão cedeu espaço a uma enorme gama de assuntos originados por outros tipos de demanda com as quais a sociologia se deparou nas últimas décadas, fato que conferiu à disciplina uma grande especialização.

Intelectuais e Estado, coletânea de textos organizada por Marcelo Ridenti, Elide Rugai Bastos e Denis Rolland, resultou de um seminário internacional *Intelectuais, sociedade e Estado*, realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em setembro de 2004. O seminário internacional contou com a presença de intelectuais brasileiros e franceses, fruto de um intercâmbio entre a CAPES e algumas universidades francesas.

Por ser uma coletânea resultante deste seminário, talvez falte a alguns textos o nexo necessário à constituição de um livro em si, pois os temas discutidos apresentam uma grande complexidade, muitas vezes não explorada, tal como o foram na realização do seminário. Entretanto, a coletânea tem o grande mérito de abarcar muitos dos dilemas vividos pelos diversos tipos de intelectuais desde o século XIX até a década de 70, no Brasil e na França, traçando um panorama geral muito interessante sobre a história intelectual brasileira deste período, além de nos informar sobre importantes personagens da história intelectual europeia do século XX.

A coletânea está organizada em torno de três temas: “Intelectuais e Estado no século XIX”, “Intelectuais e os Estados Novos dos anos 1920 a 1945”, e “Intelectuais, artistas e Estado pós-1950”. A primeira parte privilegia a ação de intelectuais na modernização política e nacional de Estados em constituição, fato que torna possível a definição de determinadas identidades intelectuais. Já na primeira metade do século XX, foco da segunda parte, os artigos mostram como os

¹ Mestranda em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – vdaufen@gmail.com

intelectuais se envolveram com o Estado e como tal relação se mostrou complexa. Conseqüentemente, na segunda metade do século XX, os intelectuais se voltam, numa atitude mais inflexiva, à crítica da modernização política e econômica depois de mais meio século de república liberal e de alguns anos de experiência democrática, bem como a crítica a toda a compreensão cultural que acompanhou esse processo. No caminho da crítica marxista, há também uma análise de Lucien Goldmann no contexto francês da década de 1960.

Daniel Aarão Reis abre a coletânea com um artigo sobre os *intelectocratas* russos do século XIX, cujo programa de reformas se opõe ao programa da *intelligentsia*, categoria à qual o autor remete a condição de intelectuais perseguidos e adeptos de um reformismo mais radical. Já os *intelectocratas* apresentavam tendências mais liberais do ponto de vista político, jurídico e econômico. O principal objetivo do programa dos *intelectocratas* era a modernização por meio da abolição da escravidão, da instrução das massas (e aqui há uma certa desconfiança da participação direta das massas), e da valorização de um Estado-nação controlado por uma figura política central forte. No caso específico dos irmãos Miliutin, exemplos da *intelectocracia* russa abordados pelo autor, houve uma luta contra as elites tradicionais ligadas às grandes propriedades de terras contra os grandes comerciantes e também contra burocratas dos altos escalões do Império.

O fato mais interessante é que intelectuais do tipo dos *intelectocratas* russos foram necessários para construção dos Estados-nação, na medida em que questionaram as barreiras tradicionais à realização plena de um Estado liberal, que deveria ser regido, todavia, por uma forte figura central. Este posicionamento nos faz lembrar intelectuais como Joaquim Nabuco, devido à origem nobre ilustrada e progressista em comum, e também devido ao questionamento de grupos tradicionais, através do questionamento dos processos de abolição, confiando no desenvolvimento de uma estrutura educacional fortalecida para sanar as mazelas da herança escravista e retirar o país do analfabetismo.

Atrelado a um programa de organização da nação, havia, pelo menos no caso brasileiro, um projeto de construção da identidade, sem o qual não havia como conceber sua existência. Este projeto, em sua primeira versão, foi pensado, surpreendentemente, por mentes estrangeiras. No segundo artigo da coletânea “Narrativas de viagem no Brasil do século XIX - formação do Estado e trajetória intelectual”, Wilma Peres Costa fala da existência de um primeiro nacionalismo brasileiro composto pela narrativa erudita européia que se justapôs às versões portuguesas sobre um passado brasileiro “nativo”. Esta primeira forma de nacionalismo influenciara todo o pensamento literário e social posterior, sendo de modo a incorporar tais visões, seja através de um diálogo mais crítico, seja através da completa negação.

Esta primeira tentativa de construção de um discurso nacional foi impulsionada pela abertura do Brasil às missões científicas estrangeiras em 1816, por meio da associação a algumas cortes européias em busca de uma interpretação do Brasil e também de um reconhecimento como nação perante as interrogações européias. Deste modo, a autora destaca a atuação de Ferdinand Denis, um escritor francês financiado pelo intercâmbio entre o Império brasileiro e as cortes européias, que chega ao Brasil em 1816 e permanece até 1820. Denis influencia grande parte da nossa intelectualidade, como por exemplo, o movimento romântico- nacionalista da segunda parte do mesmo século, e até mesmo a D. Pedro II, com quem mantinha correspondência. O viajante francês também foi responsável pela consolidação da visão européia sobre o Brasil, particularmente da visão francesa.

D. Pedro II, por sua vez, influenciado pelas idéias deste e de outros viajantes, cria o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição que permitia o diálogo entre intelectuais brasileiros e o olhar estrangeiro, moldando a maneira de produzir um discurso que pudesse ser aceito pelas elites brasileiras. Tal discurso francês, segundo a autora, possuía recortes diversos dos discursos de intelectuais alemães, inspirados pelo Romantismo, que procuravam destacar o esplendor da natureza e os horrores da escravidão. A exemplo de Saint-Hilaire, procuravam realçar a diversidade de nossa mestiçagem, além do reconhecimento do Estado como arauto de tal processo civilizatório. Entretanto, a autora não se refere, mesmo que rapidamente, às influências do Romantismo alemão no pensamento dos viajantes franceses, uma vez que, justamente no momento em que os intelectuais franceses atribuem a origem da nacionalidade à noção de cidadania e de direitos, no século XVIII, os alemães a percebem como uma mistura de fatores psicológicos, mesológicos e raciais.

A questão mais interessante posta pela autora, e que nos faz pensar sobre a condição de todo o pensamento brasileiro, é a de que nossa primeira forma de autoreflexão não ser autônoma, ou ainda, que a nossa suposta autenticidade enquanto nação é uma idéia estrangeira, financiada por elites que não se sentiam capazes de fazê-la, e que o pensamento brasileiro sempre se constituiu à margem dos esquemas interpretativos europeus.

Como parte do processo civilizatório, o Estado brasileiro, já em sua fase republicana, além de convocar intelectuais estrangeiros, convoca também a imigração branca em massa como parte de um projeto econômico, para suprir a mão-de-obra, e também para cumprir com um projeto racial que visava o branqueamento da nação. Assim como no Brasil, outros países da América Latina também lançaram mão da mesma política, como é o caso da Argentina e do Uruguai. Neste último país, em 1843, os imigrantes franceses representavam metade da população estrangeira e um quarto da população de Montevideu (MOLLÉS, 2006, p.53). Como se vê, a

Europa é chamada a construir ideologicamente estas novas nações do continente americano – nos Estados Unidos, por exemplo, isso aconteceu em menor medida devido ao anseio de autonomia dos colonos quanto à organização de uma nova nação. Tal importação de pessoas implicou, necessariamente, a importação de idéias por vezes não esperadas.

Em Montevidéu, como nos diz Devrig Mollés (2006, p.55) no último texto sobre a história dos intelectuais no século XIX, “Intelectuais e organização nacional, o crisol maçônico euro-argentino”, por ocasião do encontro de três grupos de exilados socialistas ou bonapartistas, cria-se um clima cosmopolita capaz de articular patriotismo e cosmopolitismo. O texto é uma tentativa de recuperar a importância, muitas vezes ignorada, da maçonaria na construção do cenário político latino-americano. O autor nos mostra como a maçonaria adquiriu importância política e econômica através de sua relação com o Estado. A maçonaria franco-argentina, por exemplo, estabelecia relações de diplomacia política, além de um sólido intercâmbio econômico. Curiosamente, a maçonaria, composta como uma organização extra-política, tornou-se um locus de organização por vezes mais eficiente do que o próprio Estado. Isto se deve ao lugar privilegiado que a maçonaria encontrou num Estado que almejava a modernização através do imigrante europeu, dotado de idéias liberais e que pudesse retirar a Argentina do atraso hispânico-católico, imputando-lhe um processo de secularização e de organização nacional.

A maçonaria, por sua vez, trazia uma ideologia liberal transnacional, através da qual agentes políticos e econômicos trocavam idéias e experiências, apresentando-se como uma elite capacitada, apta a construir uma nação. O resultado, segundo o autor, foi a proliferação de muitas lojas maçônicas e de sua conseqüente perseguição por grupos políticos e econômicos tradicionais, motivo pelo qual muitos se exilaram no Uruguai. Este artigo nos faz pensar sobre a possível condição de classe intelectual da maçonaria que, ao longo de sua trajetória, apesar de possuir claras divergências entre si, fez prevalecer interesses econômicos e políticos de seus integrantes, abrigando e difundindo diferentes ideologias, cuja conseqüência mais direta para os países latino-americanos foi a consolidação da ideologia liberal, posteriormente, no século XX, questionada por alguns tipos de ideologias nacionalistas e/ou populistas.

Com uma boa leitura dos três primeiros capítulos, percebe-se no trato da questão intelectual uma grande abertura de abordagem dos caminhos trilhados e dos propósitos apresentados, nuances percebidas somente a olhos mais atentos à questão intelectual e livre de determinismos. Na segunda parte, na qual os autores destacam a atuação intelectual no século XX, há, curiosamente, diversidade de posições, acompanhadas, porém, por escolhas similares, pelo menos quando se trata do envolvimento entre intelectuais e Estado.

Didier Musiedlak, em “Intelectuais e Estado, o exemplo da Itália fascista”, dá o enfoque na ação inversa, ou seja, do Estado com relação aos intelectuais, mais especificamente, como o Estado fascista, nas palavras do autor, “[...] recrutou e seduziu os intelectuais em prol de seu projeto de regeneração política e cultural” (MUSIEDLAK, 2006, p.81). O autor pretende com o artigo propor uma superação da interpretação de que os intelectuais se afastaram do Estado italiano fascista por divergências ideológicas, através do isolamento e da resistência. Para tanto, o autor questiona a história contada pelos próprios intelectuais, por meio de confissões divulgadas durante os últimos anos. Esta descoberta da inversão de papéis históricos normalmente atribuídos pelos intelectuais – e que eles mesmos se atribuem - é o ponto mais interessante do texto (o texto revela o envolvimento de Norberto Bobbio com o fascismo). Entretanto, vários intelectuais já manifestaram no passado ou ainda manifestam posições polêmicas sobre questões políticas, como é o caso, por exemplo, de Habermas e Heidegger, sendo que o primeiro afirmou ter feito parte da juventude nazista alemã, na década de 30, com a qual rompe posteriormente e o segundo manifestou publicamente adesão ao III Reich. Muitos intelectuais franceses, como André Gide, manifestaram apoio à ditadura stalinista por acreditarem em sua grande validade como experiência política comunista, rompendo com este regime, até mesmo com o Partido Comunista Francês, quando perceberam o caráter de ditadura com o qual se revestira o regime.

Musiedlak (2006, p.86) trabalha com a idéia de “sedução” exercida pelo fascismo, através do carisma do Duce e da promessa de suplantar o projeto liberal por meio de um projeto revolucionário de superação de um certo “desencantamento do mundo”, através da oposição às ideologias materialistas (marxistas ou não) e individualistas. O autor dá destaque a Alfredo Rocco, um intelectual que se tornou alto funcionário do Estado italiano fascista, exercendo a função de teórico do Estado Novo. Em seus escritos em revistas estavam presentes tais superações, as quais sugeriam a superação entre Estado, a Nação e a sociedade.² Apesar de apresentar uma interessante trajetória, o autor deveria explorar um pouco mais a sedução do fascismo exercida em intelectuais como Norberto Bobbio que posteriormente se posicionam mais à esquerda, enriquecendo deste modo, o debate sobre a relação entre as instâncias discutidas.

A comparação com o contexto brasileiro da era Vargas, do fascismo italiano e do período salazarista, dotados de grandes similitudes, nos permite ver com precisão, entrever os dilemas vividos pelos intelectuais, tanto os que se posicionaram mais à esquerda quanto os que o fizeram mais à direita. Os três artigos seguintes abordam a mesma questão, sendo que os dois primeiros concentram-se no tema do “intelectual

² É interessante notar a proximidade com as idéias de Alberto Torres e intelectuais que o sucederam nesta linhagem de pensamento, como é o caso de Oliveira Vianna.

instrumentalizado”. O texto de Denis Rolland “O Historiador, o Estado e a fábrica dos intelectuais”, reconstrói as experiências ditatoriais portuguesa e brasileira, a primeira se referindo à ditadura de Antonio Salazar e a segunda, à ditadura de Getúlio Vargas. O “intelectual instrumentalizador” exposto neste artigo é Antonio Ferro, vanguardista artístico, encarregado pela cultura e pela propaganda da ditadura de Salazar.

O autor questiona o pressuposto da historiografia responsável por invalidar a condição de intelectual daqueles que se aproximam do Estado, condicionados pela “cor do regime e por uma possível derrota política” (ROLLAND, 2006, p.96). No caso brasileiro, cita Lourival Fontes, jornalista culto e intelectual admirado por sua vivacidade, “[...] elo entre o Estado varguista e os intelectuais, formador de um consenso entre diferentes setores da opinião pública” (ROLLAND, 2006, p.99). Em seguida o autor cita o exemplo de renomados intelectuais franceses exilados da Segunda Guerra Mundial na América do Sul e no México, Jacques Soustelle, Paul Rivet, Roger Callois, Bernanos e Louis Juvet. Tais intelectuais, como a maioria dos intelectuais franceses da época, pelo menos até a Guerra da Argélia³, não descartavam a atuação do Estado, independentemente de sua posição no espectro político, inclusive por não dissociarem as idéias de Estado e nação. Mesmo exilados e fora de atuação política por sua oposição, o autor se pergunta se não poderiam ser considerados “intelectuais de Estado”.

“Paulo Augusto de Figueiredo e o pensamento autoritário no Brasil”, de Elide Rugai Bastos se insere neste debate sobre os “intelectuais instrumentalizadores”. Figueiredo, professor universitário, funcionário do Estado e político, não foi uma figura intelectual tão conhecida, pois seu nome não figura entre os autores mais conhecidos nos anos 30 e 40, período que iniciou suas atividades como escritor. A autora nos mostra mais detidamente, através da análise da crítica ao liberalismo e da primeira república, como Figueiredo construiu sua defesa do projeto estadonovista – que nos faz pensar a filiação com os pensadores autoritários. Sua obra, apesar de não ser muito lembrada, apresenta grandes contribuições para o projeto de renovação social proposto pelo Estado Novo. Devemos lembrar que a crítica à liberal-democracia

³ A Guerra da Argélia provocou uma cisão em vários intelectuais, levando, por exemplo, à cisão entre Albert Camus e Jean-Paul Sartre, o que demonstra a grande confusão de idéias e a falta de consenso entre tais intelectuais (WINOCK, 2000). Jacques Soustelle, por exemplo, rompe com as posições gaullistas quando inicia sua luta pela Argélia francesa, pois a luta de Charles De Gaulle passa a ser pela Argélia independente, governada por argelinos, porém associada ao governo francês. Já a proposta da Argélia francesa não considera nem a independência e nem a associação, mas sim o comando da Argélia pelo governo francês. Winock (2000) coloca que intelectuais de esquerda como Soustelle, ao lutarem pela Argélia francesa, acabam por fazer alianças com antigos adversários. A história intelectual francesa desde fins do século XIX até a Guerra da Argélia nos mostra, segundo o autor, que a adesão a quaisquer opinião política se fez por linhagens intelectuais. Deste modo, por exemplo, a resistência a Vichy, defensor da Argélia associada, e a adesão a De Gaulle não significaram tanto a delimitação de posições políticas, mas sim a adesão a tais linhagens: à mais cosmopolita e internacionalista, ligada a Émile Zola e André Gide, e a mais localista e conservadora, ligada Charles Maurras e Maurice Barres.

era um consenso entre a intelectualidade mais esclarecida, desde a literária, como Ronald de Carvalho (BOTELHO, 2005, p.25) até intelectuais identificados com o autoritarismo instrumental de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral.

Entretanto, não foi somente de “instrumentalizadores” que se cercou o cenário intelectual brasileiro. No último artigo sobre intelectuais da primeira metade do século XX “Roupa suja se lava em casa, Graciliano Ramos, escritor e comunista na era Vargas”, de Adriana Coelho Florent, há uma interessante discussão sobre a possível instrumentalização de um intelectual que, ao mesmo tempo em que era integrante do Partido Comunista, trabalhava para a gestão Vargas. Tal discussão vai de encontro às análises que vêm neste envolvimento uma possível *cooptação*, como a de Sérgio Miceli (1979), em *Intelectuais e Classe Dirigente*. A discussão da autora se opõe também à idéia de *convivência* para com o Estado, chave pela qual Luciano Martins trabalha os intelectuais do período, no texto *A gênese de uma intelligentsia*, de 1978. A possibilidade de realização criativa neste Estado permite a intelectuais como Graciliano Ramos, Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade servirem a órgãos ligados ao DIP, na gestão de Gustavo Capanema, o primeiro colaborando para revista *Cultura* e o segundo, num exemplo mais consistente, criando o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e coordenando o Departamento de Cultura de São Paulo. Lembre-se de passagem que Graciliano Ramos militava no Partido Comunista, o que lhe rendeu uma visita à Rússia, e que foi preso várias vezes durante sua carreira. A autora conclui que, quando se tratava da construção da nação, os acirramentos ideológicos eram amenizados. Muitos dos escritores serviram o Estado, e não ao Estado (FLORENT, 2006, p.145). Entretanto, a autora não percebe que a adesão ao PCB por parte de vários intelectuais vem mais por tendências intelectuais, vindas da França, do que por um real engajamento político. Um exemplo disso, que a própria autora esclarece, é a qualificação da obra de Ramos, por parte do Partido Comunista Russo como caudatária de um “negativismo burguês” fora dos padrões da literatura revolucionária.

O fato mais interessante que a autora nos traz é o de que havia uma certa promiscuidade entre repressores e reprimidos que freqüentavam os mesmos ambientes -salões, livrarias, cafés -, sem constrangimento de ambas as partes, fato que nos faz perceber a união da *intelligentsia* brasileira desde então em torno da causa Estado-nação.

Na segunda metade do século XX, entretanto, há uma inflexão no envolvimento desses intelectuais e o Estado. Eles parecem se afastar, tanto do envolvimento institucional, como no caso de Graciliano Ramos, como o político, que é o caso de Paulo Figueiredo, procurando fixar uma crítica sociológica como forma de atuação. “Comunidade Humana, Estado e Autogestão, o itinerário de Lucien Goldmann”, procura mostrar o caminho diverso que tomou o pensador marxista, contrário ao

Partido Comunista Francês e ao stalinismo dos anos 60. Contrariando o velho ideário marxista, Goldmann procura mostrar que a classe operária já havia perdido seu nível de consciência, adquirindo outros tipos de aspiração social ao integrar-se ao Estado de bem-estar, que ele chama de capitalismo de organização. Isto faz com que suas opiniões no debate político em nível público, tão necessário aos intelectuais franceses, adquiram sempre um tom pessimista, oscilando entre o estruturalismo e o marxismo convencional. Após maio de 1968, o autor revê suas posições pessimistas e postula a necessária criação de uma nova classe operária baseada na autogestão, aposta que para Frederico adviria de erros de interpretação por parte do autor.

O debate intelectual brasileiro, entretanto, adquire contornos mais específicos, como os rumos da democracia, do desenvolvimento econômico ou de instâncias culturais mais específicas como o cinema, o teatro e o mais novo meio de comunicação, a televisão. É sob este tom mais reflexivo e cuidadoso, porém igualmente envolvido com as questões políticas e sociais, que um intelectual como Florestan Fernandes guia seu caminho intelectual. Walquíria Leão Rego, em “Intelectuais, Estado e Ordem Democrática, notas sobre as reflexões de Florestan Fernandes” mostra a importância do sociólogo para a configuração das ciências sociais brasileiras e também como construiu suas relações com a política enquanto cientista social, relação a qual se tornara modelo para todos os cientistas sociais brasileiros. A autora argumenta que o autor foi capaz de unir a interpretação sociológica “ensaística” de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Oliveira Vianna e traçar um novo modelo de interpretação em bases metodológicas mais apuradas, construindo um elo entre os tipos de sociologia. Ao pensar os intelectuais, num cenário de grandes mudanças econômicas, confere-lhes a missão da construção da democracia através de um projeto nacional democrático. Para tanto, os intelectuais não necessariamente deveriam se engajar em termos políticos, mais necessária seria a criação de um diagnóstico sociológico apurado e convergente. O envolvimento com o Estado seria indireto, através da crítica e construção de um projeto democrático, fruto da intensa pesquisa sociológica.

O envolvimento com a política também seduzira por pouco tempo o escritor Ariano Suassuna. Como quase todos os outros intelectuais, Suassuna deixou-se seduzir temporariamente com o regime de Stalin, para depois desiludir-se, ainda no início de sua carreira na década de 1940. É esta trajetória intelectual extremamente ativa que Idelette Muzart dos Santos aborda em seu texto “Ariano Suassuna, um intelectual a serviço da cultura brasileira”. Ao invés de colocar os parâmetros de análise da cultura popular brasileira, tema pelo qual o autor é recorrentemente abordado, a autora opta apenas por uma curta retrospectiva da trajetória do autor. Curiosamente, entretanto, este texto se encaixaria melhor na segunda parte da coletânea, se desconsiderarmos a classificação por períodos pela qual o livro é

orientado, pois a trajetória de Suassuna muito se aproxima dos autores do meio século anterior. A consolidação de um projeto cultural popular do autor é almejada durante toda a sua trajetória, o que nos faz lembrar da trajetória de Mário de Andrade, a não ser pelas posições políticas conservadoras manifestadas em alguns momentos de sua vida. Apesar do conservadorismo, a autora garante a intenção do autor em trazer o passado cultural e colocá-lo em diálogo com o presente. Segundo Idelette Muzart dos Santos (2006), Suassuna se torna um intelectual em prol da cultura popular, aquém de espectros ideológicos, o que o leva a atuar institucionalmente na política através do cargo de Secretário de Cultura de Recife. O Estado para Suassuna, neste sentido, seria o agente responsável pela conservação da cultura popular.

Diferentemente de Suassuna e de vários autores do pensamento cultural regionalista, o tema do “atraso cultural” se faz recorrente no pensamento paulista acerca da cultura. Este é o foco principal de “1953 – 1973, na margem do Estado, o nascimento da crítica cinematográfica”, de Sylvie Debs. Neste texto há uma tentativa de mostrar como a geração voltada para a crítica e a reconstrução do cinema brasileiro, representada por Paulo Emílio Salles Gomes e Glauber Rocha, pensou a atualização do cinema brasileiro como a atualização da própria cultura brasileira, envolvida no atraso técnico e cultural, através da crítica da imitação de idéias e da dependência cultural. Tais críticos de arte e cineastas trouxeram a necessidade de rompimento com o modelo norte-americano vigente, que balisou a concepção cultural mantida durante décadas pelo meio intelectual. A autora retoma a crítica de cinema de Alberto Cavalcanti e de Alex Viany, antecessores da geração acima referida, e que ainda julgavam o cinema nacional segundo a ótica da estética norte-americana, no caso de Viany, ou sob uma ótica pessimista, no caso de Cavalcanti.

A percepção da necessidade de um cinema nacional leva tal geração a associar a incorporação de um Brasil mais profundo, de suas tradições, à análise da tradição ocidental e do mundo contemporâneo, num ato dialético constante. A especificidade deste movimento, que a autora bem ressalta, é a evolução de um pensamento colonizado sobre o cinema brasileiro para a “consciência do subdesenvolvimento” sobre a cultura brasileira, no qual se articulam o nacionalismo, a história local e a história global⁴.

Para fechar a coletânea, Marcelo Ridenti, em “Artistas e política no Brasil pós 1960: itinerários da brasilidade”, retoma os termos de sua já conhecida obra *Em busca do povo brasileiro*. Para entender a homogeneidade de uma certa visão cultural do período, o autor traz o conceito de “estruturas de sentimento” de Raymond Williams, e de “romantismo revolucionário”, de Michel Löwy e Robert Sayre. O autor afirma

⁴ Aqui a autora poderia se referir aos esforços do modernismo neste sentido e de como esta geração foi influenciada pela proposta modernista do Grupo Clima, do qual Salles Gomes fez parte.

a existência de um certo tipo de romantismo na geração de artistas deste período que buscava no passado as raízes populares nacionais e as bases para a construção de um futuro através de uma revolução modernizante, que se daria contra o sistema capitalista, como é o caso do Cinema Novo, dos Centros Populares de Cultura (CPC's), do Teatro de Arena, da canção de Edu Lobo e Geraldo Vandré, e de obras como *Quarup*, de Antônio Callado, dentre outros.

Entretanto, como o autor mostra, este “sentimento de brasilidade” não era homogêneo, pois vários artistas se encontravam desligados de acontecimentos políticos, considerando a produção cultural independente de qualquer conotação política engajada, como é o caso da Jovem Guarda, que dedicava sua produção a uma estética politicamente descompromissada. Outros artistas da bossa-nova, como Vinícius de Moraes, procuravam envolver, porém de forma indireta. Este quadro de uma “estrutura de sentimento” entraria em declínio com o decreto do AI-5, que instauraria um quadro de forte repressão, levando ao esgotamento da perspectiva revolucionária. Apartados de seus meios culturais, os artistas cedem à participação nos meios culturais criados pela própria ditadura, como é o caso de televisão de massa, na qual há uma “reabsorção despolitizante”, e que levou a uma “modernização conservadora da cultura” (RIDENTI, 2006, p.248).

A ausência de parâmetros claros sempre fez com que o Estado, parafraseando Ridenti (2006), de um lado alimente as ações intelectuais e, por outro, tolha sua autonomia. Todos os artigos procuraram mostrar que os parâmetros de envolvimento entre intelectuais e Estado nem sempre se apresentaram de forma romântica, mas sim de forma desigual, na qual o Estado nem sempre mantém clareza e coerência para com os intelectuais, sendo que estes por vezes acabam vítimas desta relação por falta de uma postura mais ativa e militante (MARTINS, 1987). Entretanto, como a coletânea mostra, esta relação se tornou dialética e indispensável para o desenvolvimento político e econômico dos países em questão, cuja separação dos termos parece-nos, após esta leitura, impensável.

RIDENTI, M.; BASTOS, E. R.; ROLLAND, D. (Org.). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, A. **O Brasil e os dias**: Estado-nação, modernismo e rotina intelectual. Bauru: EDUSC, 2005.

FLORENT, A. C. Roupas sujas se lava em casa: Graciliano Ramos, escritor e comunista na era Vargas. In: RIDENTI, M.; BASTOS, E. R.; ROLLAND, D. (Org.). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.143-162.

MARTINS, L. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.2, n.4, p.65-87, jun. 1987.

MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979.

MOLLÉS, D. Intelectuais e organização nacional: o crisol maçônico euro-argentino. In: RIDENTI, M.; BASTOS, E. R.; ROLLAND, D. (Org.). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.51-77.

MUSIEDLAK, D. Intelectuais e Estado: o exemplo da Itália fascista. In: RIDENTI, M.; BASTOS, E. R.; ROLLAND, D. (Org.). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.81-94.

RIDENTI, M. Artistas e política no Brasil pós 1960: itinerários da brasilidade. In: RIDENTI, M.; BASTOS, E. R.; ROLLAND, D. (Org.). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.229-261.

ROLLAND, D. O historiador, o Estado e a fábrica dos intelectuais. In: RIDENTI, M.; BASTOS, E. R.; ROLLAND, D. (Org.). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.95-120.

SANTOS, I. M. F. dos. Ariano Suassuna, um intelectual a serviço da cultura brasileira. In: RIDENTI, M.; BASTOS, E. R.; ROLLAND, D. (Org.). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.193-207.

WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais**. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.